Avenida Fernandes de Andrade, 330 - Centro –Fone (41) 3623 1443
E-mail: administrativo@camaradequitandinha.pr.gov.br
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

EXMO. SR. PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA – PR

Os Vereadores membros da **MESA DIRETORA** da Câmara Municipal que este subscrevem, **Eleandro Meira de Andrade**, **João Acir Alves dos Santos**, **Amilton Godk Filho** e **Marcos Élio de Deus Leal,** no uso das suas atribuições, vêm respeitosamente perante Vossa Excelência formular a proposição que segue, esperando que a mesma mereça apreciação desta Câmara Municipal na forma regimental, em regime de urgência especial, e finalmente aprovada para todos os efeitos legais, como segue.

PROJETO DE LEI Nº 001/2022

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná.
Faço saber que a Câmara Municipal propôs, decreta e eu sanciono a seguinte

Lei

Concede reajuste linear, a título de revisão geral anual, a remuneração dos servidores efetivos, comissionados e agentes políticos da Câmara Municipal.

Art. 1º Fica concedido aos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Quitandinha, a título de revisão geral anual, reajuste de 12,83% (doze virgula oitenta e três por cento), sendo 9,07% (nove virgula sete por cento) do acumulado do INPC do período de março a dezembro de 2021, atendendo assim ao disposto na Lei 987 de 09 de junho de 2015 e 3,76% (três virgula setenta e seis por cento) de aumento real de salário.

Art. 2º Fica concedido aos agentes políticos remunerados sob o regime de subsídio, a revisão geral anual de 10,16% (dez virgula dezesseis por cento), correspondente à perda inflacionária apurada pelo INPC acumulado no período de janeiro a dezembro de 2021.

Art. 3º Fica concedido reajuste de 15,60% (quinze virgula sessenta por cento) sobre o vale-alimentação previsto no art. 50 da Lei 1157, de 19 de dezembro de 2019, sendo 10,16 (dez virgula dezesseis por cento) referente ao

Avenida Fernandes de Andrade, 330 - Centro –Fone (41) 3623 1443
E-mail: administrativo@camaradequitandinha.pr.gov.br
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

acumulado do INPC no ano de 2021 e 5,44% (cinco virgula quarenta e quatro por cento), referente ao acumulado do INPC no ano de 2020, não implementado em razão da vigência da Lei Complementar 173/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2022, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara de Quitandinha, em 14 de janeiro de 2022.

Eleandro Meira de Andrade – Presidente

João Acir Alves dos Santos – Vice-Presidente

Amilton Godk Filho - 1º Secretário

Marcos Élio de Deus Leal – 2º Secretário

Avenida Fernandes de Andrade, 330 - Centro –Fone (41) 3623 1443
E-mail: administrativo@camaradequitandinha.pr.gov.br
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

JUSTIFICATIVA

O caso concreto é regulado pelo Estatuto dos Servidores do Município, em decorrência do que prescreve o disposto no art. 37, X da Constituição Federal, que assegura a todos servidores públicos o direito à reposição de perdas inflacionária verificadas a cada período de ocorrência da data base designada para se fazer revisão da sua remuneração.

Diante disso, no âmbito do nosso Município é a Lei nº 987, de 9 de junho de 2015, que em seu art. 2º estipula que a revisão anual da remuneração dos servidores municipais seja feita com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo IBGE, e que será considerado o período entre janeiro e dezembro do ano anterior, a saber:

> *Art. 2º - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio dos agentes políticos serão revistos todo o mês de janeiro, com base na variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), publicado pelo IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.*
> *§ 1º A variação a ser considerada abrangerá os índices do período correspondente aos últimos doze meses.*

Desta forma, considerando que a Lei 1206/2021 concedeu reajuste aos servidores pelo acumulado do IPCA até fevereiro de 2021, os servidores fazem jus ao reajuste de outros 9,07%.

Todavia, como é sabido que a inflação real no país é muito maior que a variação medida pelo INPC ou IPCA, o que pode ser comprovado numa simples ida ao supermercado ou ao posto de gasolina, onde a variação em um ano oscilou em quase 50%, optou-se por conceder aos servidores efetivos e comissionados um aumento real de 3,76%, o que acrescido aos 9,07% totalizaria o reajuste de 12,83%, o que igualaria ao percentual previsto para revisão geral anual dos vencimentos dos servidores efetivos, comissionados, agentes públicos e políticos e empregados públicos, ativos e inativos, do Poder Executivo Municipal.

Desde já esclarece que em relação aos agentes políticos desta Casa está se cumprindo a lei e as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, concedendo-se apenas variação acumulada do INPC, ou seja, 10,16%.

Por outro lado, cumprindo o disposto no art. 50, §2º da Lei 1157/2019, está sendo feito o reajuste do auxílio alimentação pela variação do INPC, do qual em razão da lei complementar 173 não foi realizado nos anos de 2020 e 2021, visando amenizar os efeitos da inflação de alimentos sobre os salários dos servidores.

Destarte, ainda, junta-se a presente proposição, o demonstrativo do Impacto Financeiro, elaborado pela Contabilidade desta Casa, que compõe e completa o Projeto de Lei, demonstrando assim a existência de dotação

Avenida Fernandes de Andrade, 330 - Centro –Fone (41) 3623 1443
E-mail: administrativo@camaradequitandinha.pr.gov.br
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

orçamentária para suprir as novas despesas, bem como que o aumento não impactará nos limites estipulados pela Lei Complementar 101/2000.

Nestas condições, conta-se com o apoio dos demais membros deste Poder Legislativo para aprovação da proposição, que deve ser submetida ao regime de urgência especial, dado a necessidade de fechamento de folha e implantação para o pagamento de janeiro.

Sala das Sessões da Câmara de Quitandinha, em 14 de janeiro de 2022.

Eleandro Meira de Andrade – Presidente

João Acir Alves dos Santos – Vice-Presidente

Amilton Godk Filho - 1º Secretário

Marcos Elio de Deus Leal – 2º Secretário

365
Novos Clientes

Fechar Pub
Registre-se

VALOR Consulting

Entre no grupo do **telegram**!

VALOR Consulting

Faça aqui uma busca em nosso site.
Buscar

Siga nas redes sociais:

MENU

Indicadores e Taxas: Selic (Bacen) = 0,77% (Dez/21) | TBF (Bacen) = 0,72% (D

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

Responsável: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ocorre sempre no 1º decêndio do mês seguinte ao da coleta dos dados. Abaixo relacionamos todas as taxas do INPC publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no período de abril de 1979 a dezembro de 2021 (índice de janeiro de 2022 não digulgado pelo IBGE até a presente data), dividido em 3 colunas, sendo: (i) o índice válido num dado mês de referência; (ii) o acumulado em cada ano e; (iii) o acumulado nos 12 meses anteriores ao INPC do mês de referência. Mais uma vez a Valor Consulting trazendo material de qualidade aos leitores!

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Compre Imóveis no Exterior
Golden Visa. Compre um imóvel em Portugal e obtenha aluguel em EUR e a residência na UE Bricksave

Mês/Ano	Índice do mês (em %)	Acumulado no ano (em %)	Acumulado últimos 12 meses (em %)
Jan/2022	Índice será publicado apenas em 09/02/2022.		
Dez/2021	0,73	10,1602	10,1602
Nov/2021	0,84	9,3618	10,9585
Out/2021	1,16	8,4508	11,0796
Set/2021	1,20	7,2072	10,7831
Ago/2021	0,88	5,9360	10,4218
Jul/2021	1,02	5,0119	9,8526
Jun/2021	0,60	3,9516	9,2219
Mai/2021	0,96	3,3316	8,8962
Abr/2021	0,38	2,3491	7,5911
Mar/2021	0,86	1,9616	6,9373
Fev/2021	0,82	1,0922	6,2163
Jan/2021	0,27	0,2700	5,5315
Dez/2020	1,46	5,4473	5,4473
Nov/2020	0,95	3,9299	5,1979
Out/2020	0,89	2,9519	4,7706
Set/2020	0,87	2,0437	3,8879
Ago/2020	0,36	1,1636	2,9404
Jul/2020	0,44	0,8007	2,6943
Jun/2020	0,30	0,3591	2,3466
Mai/2020	-0,25	0,0590	2,0507
Abr/2020	-0,23	0,3097	2,4599
Mar/2020	0,18	0,5410	3,3123
Fev/2020	0,17	0,3603	3,9208
Jan/2020	0,19	0,1900	4,3046
Dez/2019	1,22	4,4816	4,4816
Nov/2019	0,54	3,2223	3,3668
Out/2019	0,04	2,6679	2,5546
Set/2019	-0,05	2,6268	2,9236
Ago/2019	0,13	2,6782	3,2840

março a dezembro/21 acumulado 9,07%.

janeiro/20 a dezembro de 21 = 15,6%.

Vale Suíço Resort
Álcool gel disponível em todas as acomodações
Vale Suíço Resort

CÁLCULO IMPÁCTO FINANCEIRO NA FOLHA DE PAGAMENTO CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

VÍNCULO	CARGO	PROVENTO	CORREÇÃO 2022	SALÁRIO BASE
AGENTE POLÍTICO	VEREADOR	6.900,00	701,04	7.601,04
AGENTE POLÍTICO	VEREADOR	5.900,00	599,44	6.499,44
AGENTE POLÍTICO	VEREADOR	5.900,00	599,44	6.499,44
AGENTE POLÍTICO	VEREADOR	5.900,00	599,44	6.499,44
AGENTE POLÍTICO	VEREADOR	5.900,00	599,44	6.499,44
AGENTE POLÍTICO	VEREADOR	5.900,00	599,44	6.499,44
AGENTE POLÍTICO	VEREADOR	5.900,00	599,44	6.499,44
AGENTE POLÍTICO	VEREADOR	5.900,00	599,44	6.499,44
AGENTE POLÍTICO	VEREADOR	5.900,00	599,44	6.499,44
				59.596,56

VÍNCULO	CARGO	PROVENTO	CORREÇÃO 2022	SALÁRIO BASE
Servidor Público não Efetivo	ASSESSOR JURIDICO DA PRESIDENCIA	5.389,09	691,42	6.080,51
Servidor Público não Efetivo	DIRETOR DO DEP DE CONTABILIDADE E RH	5.389,09	691,42	6.080,51
Servidor Público não Efetivo	DIRETOR DO DEP ADMINISTRATIVO	5.389,09	691,42	6.080,51
Servidor Público não Efetivo	CHEFE DE GABINETE	2.694,55	345,71	3.040,26
Servidor Público não Efetivo	ASSESSOR PARLAMENTAR	2.529,57	324,54	2.854,11
Servidor Público não Efetivo	ASSESSOR PARLAMENTAR	2.529,57	324,54	2.854,11
Servidor Público não Efetivo	ASSESSOR PARLAMENTAR	2.529,57	324,54	2.854,11
Servidor Público não Efetivo	ASSESSOR PARLAMENTAR	2.529,57	324,54	2.854,11
Servidor Público não Efetivo	ASSESSOR PARLAMENTAR	2.529,57	324,54	2.854,11
Servidor Público não Efetivo	ASSESSOR PARLAMENTAR	2.529,57	324,54	2.854,11
			4.367,23	38.406,47

VÍNCULO	CARGO	PROVENTO	CORREÇÃO 2022	SALÁRIO BASE
Servidor Público Efetivo	ADVOGADO	4.093,35	525,18	4.618,53
Servidor Público Efetivo	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1.595,73	204,73	1.800,46
Servidor Público Efetivo	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	1.209,80	155,22	1.365,02
Servidor Público Efetivo	CONTADOR	3.221,35	413,30	3.634,65
Servidor Público Efetivo	MOTORISTA	1.924,68	246,94	2.171,62
Servidor Público Efetivo	TECNICO DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA	2.309,61	296,32	2.605,93
Servidor Público Efetivo	TECNICO EM RECURSOS HUMANOS	2.309,61	296,32	2.605,93
Servidor Público Efetivo	TECNICO LESGISLATIVO	2.309,61	296,32	2.605,93
		18.973,74	2.434,33	21.408,07

TOTAL BRUTO						
	SALÁRIO BASE		INSS PATRONAL			12 meses
Vereadores	R$	59.596,56	R$ 12.515,28	R$	72.111,84	R$ 865.342,05
comissionados	R$	38.406,47	R$ 8.065,36	R$	46.471,83	R$ 557.662,01
13º	R$	3.200,54	R$ 672,11	R$	3.872,65	R$ 38.406,47
férias	R$	3.200,54	R$ 672,11	R$	3.872,65	R$ 38.406,47
TOTAL						R$ 1.499.817,01
Total encargos inss ano			R$ 21.924,86			R$ 263.098,37

TOTAL BRUTO						
	SALÁRIO BASE		PREVIDENCIA PROPRIA PATRONAL			12 meses
Efetivos	R$	21.408,07	R$ 5.165,77	R$	26.573,84	R$ 318.886,06
13º	R$	1.784,01	R$ 438,87	R$	2.222,87	R$ 26.674,46
férias	R$	1.784,01	R$ 438,87	R$	2.222,87	R$ 26.674,46
TOTAL						R$ 372.234,97
Total encargos previdencia propria ano			R$ 6.043,50			R$ 72.521,98

Índice de despesa com pessoal conforme a LRF Art. 55, Ínciso I baseado na Receita Corrente Liquida de 6%.		
RCL 2021	R$	62.073.000,66
Perspectiva com gasto de pessoal	R$	1.872.051,98
Percentual de gasto com pessoal		3,02%
Limite de gastos é de 6%	R$	3.724.380,04
Previsão de Repasse constitucional de 7 %	R$	2.700.000,00
Limite de gastos conforme Art. 29A da Constituição Federal 70%		1.890.000,00
Previsão de gastos com pessoal:	R$	1.872.051,98
Percentual previsto de gasto:		
Previsão de gastos com pessoal sem o INSS:	R$	1.536.431,64
Limite de gastos conforme Art. 29A da Constituição Federal 70%		56,90%

A base para os cálculos referente a esse processo refere-se ao INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado entre março de 2021 à dezembro de 2021, num total de 9,07% (nove virgula zero sete por cento) e 3,76 % (três virgula e setenta e seis por cento) de ganho real, isso para os servidores efetivos e comissionados. Para os agentes politicos usou o percentual de 10,16 % (dez virgula e dezesseis por cento) refere-se ao INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado entre janeiro de 2021 à dezembro de 2021.

É o parecer à conclusão Superior:

Quitandinha 17 de janeiro de 2022

DANIEL ALDECIO CHEMIM DA SILVA

DIRETOR DE CONTABILIDADE E RECURSOS HUMANOS

DANIEL A.C. DA SILVA
DIRETOR DE CONTABILIDADE E RH
CRC-PR 060632/O-4

* Fonte dos dados : Sistema de Contabilidade, http://cmquitandinha.hospedagemdesites.ws/portaldatransparencia

* Fonte: https://www.dicionariofinanceiro.com/ipca/

CÂMARA DE VEREADORES DE QUITANDINHA-PR
Avenida Fernandes de Andrade, 839 – Centro - Fone (41) 3623-1443
E-mail: quitandinhacamara@hotmail.com
Site: camaradequitandinha.pr.gov.br

Quitandinha, 17 de janeiro de 2022.

PARECER JURÍDICO N.º 007/2022

Interessado: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Quitandinha

Assunto: Projeto de lei nº 001, de 14/01/2021, que "*Concede reajuste linear, a título de revisão geral anual, a remuneração dos servidores efetivos, comissionados e agentes políticos da Câmara Municipal.*

RELATÓRIO

Trata-se de pedido de análise de projeto de lei que "*Concede reajuste linear, a título de revisão geral anual, a remuneração dos servidores efetivos, comissionados e agentes políticos da Câmara Municipal.*".

Juntamente ao projeto de lei segue a justificativa, o termo de estimativa de impacto orçamentário financeiro, declaração de adequação orçamentária e compatibilização com o PPA e LDO e comprovação da variação do INPC.

PARECER:

1.1. Da análise preliminar:

Antes de adentrar ao mérito do projeto de lei, há que se analisar se a matéria em questão é possível de ser regulamentada por lei municipal e se não há vícios de iniciativa.

Consoante se infere do artigo 5º, da Lei Orgânica Municipal, tem-se que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local (inciso I).

Na lição do Mestre e atual Ministro do STF Alexandre de Moraes *"interesse local refere-se aos interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estados) ou geral (União)*". (in Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional. 9ª ed., São Paulo: Atlas, 2013, p. 740).

Assim, como a matéria está afeta diretamente ao Município, lícita a regulamentação na esfera municipal, até porque se trata de vencimentos dos servidores públicos e agentes políticos da Câmara Municipal.

Importa analisar ainda a questão da legitimidade da Mesa Diretora, o que também está presente, pois trata-se de servidores e agentes políticos do Poder Legislativo, cujo pagamento dos vencimentos ou subsídios mensais é feito com recursos exclusivos deste.

Além da questão competência e legitimidade, há que se analisar a técnica legislativa empregada no presente projeto de lei, o que está correto, pois segue os critérios definidos pela Lei Complementar 95/1998, com alteração dada pela Lei Complementar 107/2001.

1.2. Da análise do objeto do projeto de lei:

Superada esta questão preliminar, passa-se a análise do objeto do projeto de lei.

Aduz a Constituição Federal em seu art. 37, inciso X, o seguinte:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*
> *X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

No âmbito Municipal, tal direito foi previsto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Quitandinha (lei 419/98), que em seu art. 44 assim dispõe:

> *Art. 44 - Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, nunca inferior a um salário mínimo, reajustado periodicamente de modo a preservar-lhe o poder aquisitivo sendo vedada a sua vinculação, ressalvado o disposto no inciso XIII do artigo 37 da Constituição Federal.*

Conforme se observa acima, é direito dos servidores públicos e agentes políticos à revisão geral anual de sua remuneração para manter o poder aquisitivo da moeda, desde que por critérios previamente fixados e por lei específica.

Diante disso, foi regulamentado tal direito em 2015 por meio da nº 987, que instituiu a data base e os critérios para viabilizar esta revisão anual, que assim dispõe:

> *Art. 1º - A revisão geral anual das remunerações e dos subsídios dos servidores públicos dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, extensiva*

> *aos proventos da inatividade e às pensões, prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, tem por objetivo manter o poder aquisitivo do valor percebido, a fim de evitar que os índices inflacionários retirem o poder de compra da retribuição pecuniária paga pelo exercício das atividades públicas.*
>
> *Art. 2º - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio dos agentes políticos serão revistos todo o mês de janeiro, com base na variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), publicado pelo IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.*
> *§ 1º A variação a ser considerada abrangerá os índices do período correspondente aos últimos doze meses.*
> *(...)*

Como se pode ver acima, é direito dos servidores e agentes políticos a revisão anual da remuneração pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo IBGE, e que será considerado o período entre janeiro e dezembro do ano anterior, a saber:

> *Art. 2º - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio dos agentes políticos serão revistos todo o mês de janeiro, com base na variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), publicado pelo IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.*
> *§ 1º A variação a ser considerada abrangerá os índices do período correspondente aos últimos doze meses.*

Desde já esclarece que a revisão anual pela inflação não impede outras revisões feitas com o objetivo de reestruturar ou conceder melhorias a carreiras determinadas, por outras razões que não a de atualização do poder aquisitivo dos vencimentos e subsídios.

No entanto, eventual reestruturação ou ganho real só é possível para os servidores efetivos e comissionados, vez que aos agentes políticos só é possível o reajuste da inflação, estando os vereadores da atual legislatura vedados de estipular um novo subsídio, sob pena de ofensa ao princípio da anterioridade.

Neste sentido é a consulta *com Força Normativa - Processo nº 160655/11* - Acórdão nº 465/12 - Tribunal Pleno - *Rel. Cons. Nestor Baptista:*

> *Fixação dos subsídios dos Agentes Políticos do Poder Executivo. Princípio da Anterioridade. Não subsunção pelos agentes do Poder Executivo. Possibilidade desde que obedecidos os trâmites legais devidos, em especial o princípio a reserva legal e a iniciativa privativa da Câmara Municipal.*

Da mesma forma, é possível o reajuste do vale alimentação pela inflação, já que sua criação e revisão estão previstos na Lei 1157/2019, que assim dispõe:

> *Art. 50. Fica instituído vale alimentação mensal a todos os servidores da Câmara Municipal de Quitandinha, sendo R$100,00 (cem reais) para os com jornada de 20 (vinte) horas semanais e R$200,00 (duzentos reais) para os com jornada de 40 (quarenta) horas semanais, que será pago discriminadamente na folha de pagamento, de caráter meramente indenizatório.*
> *§ 1º Não será devido o pagamento do vale alimentação aos servidores em gozo de férias ou das licenças previstas no artigo 82 da Lei 419/1998 (Estatuto dos Servidores do Município), salvo os quinze primeiros dias da licença para tratamento de saúde.*
> *§ 2º O vale alimentação será reajustado anualmente pela variação do INPC/IBGE, seguindo a mesma sistemática adotada para o reajuste dos servidores prevista no artigo 25 desta Lei.*

Desta forma, como não houve a revisão do valor nos anos de 2020 e 2021 em razão da Lei Complementar 173, que impedia o aumento de despesas com pessoal, é possível a revisão do valor pelo acumulado do INPC do período.

Todavia, seja a revisão anual, seja o aumento real ou até mesmo a revisão do valor do vale-alimentação, só poderão ser concedidos se o ente político estiver no limite de despesa de pessoal previsto no art. 169 da Constituição Federal, a saber:

> *Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)*

A regulamentação foi feita pela LC 101/2000, famosa Lei de responsabilidade fiscal, que em seu artigo 22 e 71, limitam a concessão de revisão enquanto não reduzido o limite de 95% das despesas com pessoal, lembrando que o artigo 20, III, a, limitou o gasto com pessoal a 6% do orçamento municipal, a saber:

> *Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:*
> *(...)*
> *III - na esfera municipal:*
> *a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;*
> *b) 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Executivo.*
> *§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar. (Vide ADI 6533)*
> *(...)*
>
> *Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.*

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:
I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
II - criação de cargo, emprego ou função;
III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 71. Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição, até o término do terceiro exercício financeiro seguinte à entrada em vigor desta Lei Complementar, a despesa total com pessoal dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 não ultrapassará, em percentual da receita corrente líquida, a despesa verificada no exercício imediatamente anterior, acrescida de até 10% (dez por cento), se esta for inferior ao limite definido na forma do art. 20.

Em análise aos dispositivos acima, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, na Consulta nº 811.256, ponderou:

"De acordo com esse dispositivo constitucional, constata-se que a revisão geral anual é obrigatória e se constitui em direito subjetivo dos servidores públicos e dos agentes políticos, sendo um instrumento que visa, unicamente, rever o valor aquisitivo, ou seja, o valor nominal da remuneração ou subsídio em face da desvalorização da moeda, ocasionada pela inflação.
Este Tribunal já se posicionou pela obrigatoriedade da concessão da revisão geral anual aos ocupantes de cargos políticos, conforme exposto na Consulta n. 734.297/07, julgada na Sessão Plenária do dia 18/07/2007, da relatoria do Conselheiro Eduardo Carone:

A regra constitucional do art. 37, X, da CR/88, estabeleceu a obrigatoriedade de o chefe do Executivo enviar um projeto de lei anual que garanta a recomposição do valor da remuneração dos servidores e dos subsídios dos agentes políticos. A anualidade da revisão prevista no texto constitucional referido traduz, portanto, a possibilidade de recomposição do poder de compra da remuneração dos servidores e do subsídio dos agentes políticos em razão da inflação apurada no período mínimo de um ano.

Este Tribunal já firmou o entendimento de que a recomposição do valor dos subsídios dos agentes políticos, conforme as Consultas n. 704.423, 657.620 e 645.198, relatadas, respectivamente, nas Sessões Plenárias de 16/08/06, 11/09/02 e 28/11/01, pode ser feita anualmente, mediante prévia definição no ato normativo fixador da remuneração e com base em índice oficial de aferição de perda de valor aquisitivo da moeda, observando-se, ainda, os dispositivos constitucionais e legais que impõem limites ao valor do subsídio dos edis, bem como às despesas totais e de pessoal da Câmara de Vereadores." (TCE/MG. Tribunal Pleno. Consulta nº 811.256. Relatora Conselheira Adriene Andrade. Sessão 10/03/10. Decisão unânime.)

Diante disso, como consta relatório demonstrando estar cumprindo o limite de gastos com pessoal, bem como que tem dotação

orçamentária suficiente para suprir os aumentos, juntando ainda as declarações previstas nos artigos 14 e 16 da LRF e tendo em vista ainda que todos os requisitos legais foram observados, como aplicação do índice INPC para todos, mesma data base, e previsão legal de reajuste do vale alimentação, não se vê obstáculos legais a análise do projeto de lei de revisão linear.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, entendemos, SMJ, que do ponto de vista da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, o presente projeto de lei está APTO para tramitar regularmente perante esta Egrégia Casa de Leis, devendo-se observar o pedido de urgência especial.

No que tange ao mérito, a Procuradoria Jurídica não irá se pronunciar, pois caberá aos vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade da aprovação, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

É o parecer.

MARIA FERNANDA SIMÕES BELLEI KEMP
ADVOGADA OAB/PR 34192

CÂMARA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
ESTADO DO PARANÁ
Avenida Fernandes de Andrade, 839 - Centro –Fone (41) 3623 1443
E-mail: administrativo@camaradequitandinha.pr.gov.brSite: camaradequitandinha.pr.gov.br

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

P A R E C E R nº 02/2022

OBJETO: Projeto de Lei CM nº 01/2022
AUTORIA: Poder Legislativo

Em cumprimento à disposição do art. 60 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, os membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação passam examinar e opinar a respeito da proposição apresentada pelos Vereadores membros da Mesa Diretora do Legislativo, que submete à apreciação desta Comissão, o projeto de lei em referência, que concede reajuste linear, a título de revisão geral anual, a remuneração dos servidores efetivos, comissionados e agentes políticos da Câmara Municipal.

À esta Comissão compete a análise dos aspectos constitucional, legal, regimental, gramatical e lógico, o que se passa fazer como segue.

No que se refere aos aspectos constitucional e legal, a proposição está em condições de ser apreciada por essa Casa Legislativa, eis que a matéria versada no projeto é da iniciativa privativa do Poder Legislativo, igualmente, refere-se em conceder aos servidores e aos agentes políticos desta Casa Legislativa o direito à reposição de perdas inflacionárias.

Quanto aos demais aspectos (regimental, gramatical e lógico), o projeto de lei os atende integralmente, dado que foi apresentado na forma prevista no Regimento Interno e sua redação é clara e objetiva, segundo os critérios estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 107/2001, que regulamenta a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Concluindo, esta Comissão, pela unanimidade dos seus membros, **opina** no sentido de que a proposição ora em pauta está em condições de ter o seu mérito apreciado pelo Plenário desta Casa Legislativa.

É o parecer, *sub censura.*

Quitandinha, 17 de janeiro de 2022.

Vereador Amilton Godk Filho – Presidente

Vereador João Acir Alves dos Santos - Relator

Vereador Marcos Ribas de Lima – Membro